O ESTADO DE S.PAULO
Publicado em 29/06/2022 - 06:00

Operação Acesso Pago

Oposição protocola pedido para criar CPI do MEC; governo vai ao Supremo

Requerimento para abrir investigação parlamentar no Senado continha 31 assinaturas; Planalto prepara recurso ao STF em meio a liberação de R$ 5,8 bilhões do orçamento secreto

estadaodigital#erika@clipclap.com.br

DANIEL WETERMAN
BRASÍLIA

Com apoio de 31 senadores, a oposição protocolou ontem pedido de abertura de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para apurar o "gabinete paralelo" que se instalou no Ministério da Educação durante a gestão de Milton Ribeiro. O governo ainda investe em várias frentes para barrar a instauração da CPI. Além de tentar convencer senadores a retirar apoio à criação da comissão, aposta num recurso ao Supremo Tribunal Federal (STF) para exigir que o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), dê prioridade a outras CPIs que estão na fila e deveriam ser instauradas antes, o que inviabilizaria a criação de mais um colegiado.

Como revelou o **Estadão**, os pastores Gilmar Santos e Arilton Moura mantinham controle da agenda oficial de Ribeiro no MEC, intermediavam encontros com prefeitos e cobravam propina em troca de liberação de recursos da educação para prefeituras. A partir da série de reportagens foi aberta investigação na Polícia Federal para apurar ocorrência de crimes como corrupção e tráfico de influência.

Ribeiro foi preso há uma semana – e libertado um dia depois por ordem do desembargador do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região (TRF-1) Ney Bello. A prisão de Ribeiro aumentou a pressão pela instalação da CPI. No dia seguinte foi registrada uma liberação de recursos do orçamento secreto pelo governo. Até agora, o Executivo já liberou o pagamento de R$ 5,8 bilhões em verbas das emendas de relator, 35% do total de R$ 16,5 bilhões previstos para este ano.

DATAS. A liberação dos recursos do orçamento secreto acompanha datas estratégicas para o Palácio do Planalto. Nos dois dias após a prisão do ex-ministro Milton Ribeiro, quando aumentou a pressão pela CPI, foram empenhados R$ 3,3 bilhões, o que corresponde a 20% do previsto para o ano inteiro. O mesmo movimento de liberação concentrada de recursos havia ocorrido em 14 de junho, em meio à votação da proposta que impõe um limite para a cobrança de impostos sobre os combustíveis, quando o Executivo liberou montante de R$ 1,8 bilhão.

A distribuição da verba do orçamento secreto, segundo aliados do governo, poderá ajudar a convencer senadores e retirar a assinatura. Pelo menos dois nomes estão na mira: Eduardo Braga (MDB-AM) e Alexandre Giordano (MDB-SP). Ambos apresentaram emendas no orçamento secreto.

Braga avisou, no entanto, em sua rede social, que não pretende retirar o apoio. "Estou ao lado da democracia e dos que acreditam na necessidade de investigação, transparência e justiça no Ministério da Educação", escreveu o emedebista. Por intermédio de sua assessoria, Giordano também disse que mantém a assinatura.

Autor do requerimento de criação da CPI do MEC, o líder da oposição no Senado, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), afirmou que os requisitos formais foram cumpridos. "Desde a semana passada, é de conhecimento de todos, em áudio do próprio senhor Milton Ribeiro, de que o presidente da República interveio de forma clara para impedir que a investigação avançasse, em claro crime, conforme o Código Penal, de obstrução às investigações e de uso de informações privilegiadas", disse Randolfe.

ELEIÇÕES. O pedido só terá prosseguimento se tiver aval do presidente do Senado, a quem cabe analisar o requerimento e determinar a instalação. Há dúvidas se a CPI de fato será aberta em razão da proximidade das eleições. O governo escalou o ex-presidente da Casa Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) e o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), filho do presidente Jair Bolsonaro, para a linha de frente das iniciativas contra a CPI.

Os dois agem para retirar assinaturas e impedir que mais senadores apoiem o pedido da oposição. Entre os argumentos citados por governistas estão a promessa de verbas, os impasses do período eleitoral e o argumento de que outras CPIs devem ter prioridade.

"A CPI das ONGs tem preferência. Já foi atropelada uma vez pela CPI da Covid. Mesmo que o Supremo se meta indevidamente outra vez, vai ser difícil não instalar outras CPIs, e isso pode, sim, neutralizar", afirmou o senador Plínio Valério (PSDB-AM), autor do requerimento que pede a instalação da CPI da Amazônia.

Nos bastidores, governistas admitem a possibilidade de Pacheco determinar a instalação da CPI do MEC, após a oposição conseguir 31 assinaturas. Até mesmo um discurso está preparado para o início da CPI: o de que os órgãos federais agiram para investigar indícios de irregularidades. ●

CONTROLADORIA INSTAURA QUATRO FRENTES DE INVESTIGAÇÃO NO FNDE. PÁG. A10

ANDRESSA ANHOLETE / REUTERS

Erundina, Randolfe e Jean Paul Prates; proximidade das eleições pode travar abertura de comissão

Cármen vê 'gravidade' em denúncia que pede apuração de vazamento

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, remeteu ontem à Procuradoria-Geral da República, para manifestação, um pedido de investigação sobre o presidente Jair Bolsonaro por suspeita de vazamento da Operação Acesso Pago, que mira o gabinete paralelo no MEC. A magistrada destacou a "gravidade do quadro narrado" pelo deputado Israel Batista (PSB-DF) em notícia-crime apresentada à Corte.

Anteontem, a ministra já havia encaminhado à PGR uma petição do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) que solicita a apuração de eventuais crimes de tráfico de influência, advocacia administrativa, corrupção e organização criminosa.

Também ontem, a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara aprovou convite para o ministro da Justiça, Anderson Torres, explicar a suspeita de interferência na investigação da PF. Torres não é obrigado a comparecer.

Em telefonema interceptado pela PF, o ex-ministro da Educação Milton Ribeiro disse que foi alertado pelo presidente sobre "buscas" – nesse dia, Bolsonaro e Torres cumpriam agenda nos EUA. ● IAN-DER PORCELLA E PEPITA ORTEGA

Investigados

MILTON RIBEIRO
Ex-ministro da Educação

Em sua gestão, pastores controlavam a liberação de verbas da pasta em troca de propina, segundo prefeitos.

ARILTON MOURA
Pastor

Com atuação no gabinete paralelo, pediu, segundo um prefeito, 1 quilo de ouro para destravar recursos do MEC.

GILMAR SANTOS
Pastor

Ao lado de Moura, atuava na intermediação de agendas de Ribeiro e na negociação de repasses a municípios.

LUCIANO MUSSE
Ex-gerente do MEC

Indicado pelos pastores, advogado virou gerente de Projetos do MEC. Após saída de Ribeiro, foi demitido.

HELDER BARTOLOMEU
Genro de Arilton Moura

Ex-assessor da prefeitura de Goiânia, é suspeito de ter intermediado propinas cobradas pelos religiosos.

?

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Pagina:** 9

Copyright © Clipclap 2025.